TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SGPe n.º PCSC 00057013/2026

UNIDADE(S) REQUISITANTE(S)

POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

1. OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea a; art. 18, II, e art. 40, § 1º, I, da Lei n.º 14.133/2021).

1.1. Aquisição e instalação de equipamentos para acoplamento de reboque rodoviário, com capacidade nominal de tração de até 2.500 kg, incluindo os componentes necessários à instalação elétrica compatível com cada veículo, conforme as especificações técnicas do respectivo fabricante e a legislação e as normas técnicas aplicáveis, incluindo as disposições do CONTRAN, as normas pertinentes da ABNT e os requisitos de homologação e certificação exigíveis do INMETRO, conforme condições e exigências estabelecidas neste termo de referência:

Item	Código	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
1	097780007	**Chevrolet S10 LS DS4, ano/modelo 2013/2014:** fornecimento e instalação de engate completo para reboque rodoviário, incluindo ponteira e componentes necessários ao funcionamento do conjunto, com instalação elétrica compatível com o veículo.	PEÇA	01
2	097780007	**Fiat Ducato Maxicargo, ano/modelo 2019/2019:** fornecimento e instalação de engate completo para reboque rodoviário, incluindo ponteira e componentes necessários ao funcionamento do conjunto, com instalação elétrica compatível com o veículo.	PEÇA	01
3	097780007	**Dodge RAM 3500 Laramie 6.7, ano/modelo 2022/2022:** fornecimento e instalação de ponteira para engate de reboque rodoviário, compatível com o sistema de acoplamento existente no veículo, incluindo os componentes necessários à sua fixação e utilização segura, conforme as especificações do fabricante.	PEÇA	01

1.1.1 Todos os equipamentos e serviços deverão atender aos requisitos técnicos e legais aplicáveis, respeitando os limites de capacidade de tração e de carga estabelecidos pelo fabricante de cada veículo. A instalação deverá contemplar a realização dos testes necessários à verificação da segurança, da compatibilidade e do correto funcionamento dos componentes fornecidos, os quais deverão ser **compatíveis com a marca e o modelo do veículo** indicados na especificação técnica para a instalação dos respectivos objetos.

1.2. Catálogo eletrônico de padronização (art. 19, II e § 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

1.2.1. As especificações do objeto respeitam o catálogo eletrônico de padronização, conforme consulta ao Catálogo de Materiais e Serviços do Governo de Santa Catarina, que pode ser realizada pelo seguinte *link* https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiODY4ZGM1OTQtMjc3Ny00YjIyLTgxY2EtMjlmNW

Pág. 01 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

Y0MTFlZDk1IiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWMtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9 .

1.3. Natureza do objeto - bem comum

1.3.1. O(s) bem(ns) objeto(s) desta contratação é(são) caracterizado(s) como comum(ns), conforme justificativa que segue: O objeto desta contratação caracteriza-se como bem comum, uma vez que os equipamentos do tipo engate para reboque rodoviário, bem como os serviços acessórios de instalação, possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no instrumento convocatório, mediante especificações técnicas usuais de mercado.

Os requisitos relacionados à capacidade nominal de tração de até 2.500 kg, à compatibilidade com os veículos indicados, à instalação do sistema elétrico, à segurança de utilização e ao atendimento às normas técnicas e à legislação vigente podem ser descritos de forma clara e objetiva, permitindo a avaliação das propostas com base em critérios previamente estabelecidos pela Administração.

Além disso, trata-se de objeto disponível no mercado, cuja aquisição e instalação não demandam, em princípio, solução tecnológica inédita ou desenvolvimento de projeto de natureza predominantemente intelectual, sendo possível estabelecer requisitos padronizados para o fornecimento, a instalação, os testes de funcionamento e a garantia dos equipamentos.

Dessa forma, o objeto enquadra-se como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

1.4. Natureza do objeto – classificação acerca da categoria de bem de luxo (art. 20 da Lei n.º 14.133/2021 e art. 5º, parágrafo único, do Decreto estadual n.º 2.355/2022)

1.4.1. O(s) bem(ns) objeto(s) desta contratação não se enquadra(m) como bem(ns) de luxo, conforme Decreto estadual n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022.

1.5. Prazo do contrato e, se for o caso, possibilidade de sua prorrogação

1.5.1. Os prazos de execução e de vigência do contrato, bem como a possibilidade de prorrogação, quando for o caso, estão descritos no modelo de execução do objeto (item 5 deste termo de referência).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea b, da Lei n.º 14.133/2021)

A presente contratação tem por finalidade a aquisição e instalação de equipamento completo do tipo engate para reboque rodoviário, com capacidade de tração de até 2.500 kg, incluindo sistema elétrico compatível com o veículo previamente indicado, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pelo fabricante do veículo e com os requisitos legais e normativos aplicáveis, incluindo as disposições do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e os requisitos de homologação e certificação pertinentes do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

A contratação justifica-se pela necessidade de ampliar a capacidade operacional da Gerência

Pág. 02 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

de Patrimônio da Polícia Civil de Santa Catarina (GEPAT), responsável pelo gerenciamento dos serviços de remoção e transporte de veículos vinculados às atividades institucionais. Atualmente, a disponibilidade de apenas um guincho em funcionamento representa uma limitação para o atendimento da demanda, especialmente diante da **necessidade de remoção de viaturas com problemas mecânicos**, de veículos destinados à baixa patrimonial e de veículos apreendidos em decorrência de procedimentos policiais, inclusive aqueles provenientes de operações realizadas dentro e fora do Estado, com destino ao Complexo Administrativo de São José.

Nesse contexto, foi disponibilizado pelo Poder Judiciário, para utilização pela GEPAT, um reboque rodoviário destinado ao transporte de veículos. Entretanto, para que esse equipamento possa ser utilizado de maneira adequada, segura e eficiente, faz-se necessária a instalação de engate compatível com o veículo trator, acompanhado do respectivo sistema elétrico e dos demais componentes necessários ao seu funcionamento.

A disponibilização do reboque **representa uma oportunidade de ampliar os recursos logísticos da instituição, reduzir a dependência exclusiva do guincho atualmente em operação e proporcionar maior flexibilidade no atendimento das demandas de transporte e remoção de veículos**. A utilização desse conjunto também poderá contribuir para a movimentação de veículos no pátio da GEPAT, facilitando a organização dos espaços, o remanejamento de veículos e a execução das atividades de gestão patrimonial.

A ausência de equipamento adequado para acoplamento do reboque impede o pleno aproveitamento do recurso disponibilizado, limitando os benefícios operacionais esperados. Dessa forma, a aquisição e instalação do engate constituem **medida necessária para viabilizar a utilização do reboque, ampliar a capacidade de atendimento da Gerência e conferir maior agilidade às atividades de remoção e transporte de veículos.**

Sob o aspecto operacional, a contratação **busca reduzir o tempo entre a identificação da necessidade de remoção e a efetiva execução do serviço, minimizar possíveis atrasos** decorrentes da insuficiência de recursos disponíveis e contribuir para a continuidade das atividades policiais e administrativas. A maior disponibilidade de meios para o transporte de veículos poderá favorecer a eficiência logística, a gestão dos veículos apreendidos e a adequada destinação das viaturas vinculadas ao patrimônio institucional, sem prejuízo da observância dos procedimentos de segurança e das exigências legais aplicáveis.

A instalação deverá ser executada por empresa ou profissional tecnicamente habilitado, observando-se a compatibilidade do equipamento com o veículo indicado, os limites de capacidade de tração e de carga estabelecidos pelo fabricante, os requisitos de instalação elétrica, os dispositivos de segurança e as demais exigências normativas pertinentes. Deverão ser atendidas, ainda, as disposições legais e regulamentares aplicáveis à instalação e à utilização de dispositivos de acoplamento para reboques, de modo a assegurar condições adequadas de segurança, confiabilidade e regularidade de uso.

Diante do exposto, a contratação mostra-se necessária e justificada pelo interesse público, uma vez que permitirá o aproveitamento de reboque já disponibilizado à Polícia Civil de Santa

Pág. 03 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

Catarina, ampliará a capacidade logística da GEPAT e contribuirá para a melhoria da eficiência, da agilidade e da continuidade dos serviços de remoção e transporte de veículos. A medida também se alinha aos princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento e da adequada utilização dos recursos públicos, mediante o incremento da capacidade operacional da instituição com a utilização de equipamento já disponível.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea c, e art. 18, § 1º, VII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste na aquisição e instalação de 03 (três) unidades de equipamentos completos do tipo engate para reboque rodoviário, com capacidade nominal de tração de até 2.500 kg, incluindo os componentes necessários à instalação e ao funcionamento do sistema elétrico, compatíveis com os veículos previamente indicados pela Polícia Civil de Santa Catarina.

A contratação deverá contemplar o fornecimento dos equipamentos, seus acessórios e componentes indispensáveis, bem como a instalação adequada em cada veículo, observadas as especificações técnicas dos fabricantes, os requisitos de segurança veicular e a legislação vigente, incluindo as disposições aplicáveis do CONTRAN, as normas pertinentes da ABNT e os requisitos de homologação e certificação do INMETRO, quando exigíveis.

A solução deverá abranger todas as etapas necessárias à disponibilização dos equipamentos em condições de uso, desde o fornecimento e a conferência dos materiais até a instalação, os testes de funcionamento, a verificação da compatibilidade elétrica e mecânica e a entrega definitiva dos veículos equipados. Deverão ser fornecidas as orientações necessárias para a utilização segura dos dispositivos, bem como a documentação técnica, os comprovantes de conformidade e os termos de garantia pertinentes.

Durante a vida útil dos equipamentos, deverão ser observadas as recomendações de utilização, inspeção e manutenção preventiva estabelecidas pelos fabricantes, de modo a preservar a segurança, a durabilidade e a eficiência do conjunto. Eventuais defeitos decorrentes de falhas de fabricação ou instalação deverão ser atendidos conforme as condições de garantia estabelecidas na contratação.

Ao final da vida útil, os equipamentos deverão receber destinação adequada, observadas as normas ambientais e as orientações dos fabricantes, sempre que aplicáveis.

A solução proposta permitirá à Gerência de Patrimônio da Polícia Civil de Santa Catarina (GEPAT) ampliar a capacidade de transporte e remoção de veículos, aproveitar de forma eficiente o reboque rodoviário disponibilizado pelo Poder Judiciário e proporcionar melhores condições para a movimentação de veículos no pátio institucional, contribuindo para a eficiência operacional e para a continuidade dos serviços públicos.

2. MOTIVO/FINALIDADE/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Pág. 04 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

A contratação decorre da necessidade de ampliar e aprimorar a capacidade logística da Gerência de Patrimônio da Polícia Civil de Santa Catarina, responsável pelo gerenciamento das atividades relacionadas à remoção, ao transporte e à movimentação de veículos vinculados às atividades institucionais.

Atualmente, a disponibilidade limitada de recursos para a realização dessas atividades, especialmente diante da existência de apenas um guincho em funcionamento, dificulta o atendimento simultâneo das demandas de remoção de viaturas com problemas mecânicos, de veículos destinados à baixa patrimonial e de veículos apreendidos em operações policiais realizadas dentro e fora do Estado, com posterior encaminhamento ao Complexo Administrativo de São José.

A disponibilização de um reboque rodoviário pelo Poder Judiciário representa uma oportunidade de ampliar os meios disponíveis para a execução dessas atividades. Entretanto, para viabilizar sua utilização, é necessária a instalação de equipamentos de engate compatíveis com os veículos que atuarão como unidades tratoras.

Nesse sentido, a aquisição e instalação dos engates têm por finalidade proporcionar condições técnicas e operacionais adequadas para o acoplamento dos reboques, ampliar a capacidade de atendimento das solicitações de transporte e remoção e reduzir a dependência dos recursos atualmente disponíveis.

A contratação também busca facilitar a movimentação de veículos no pátio da GEPAT, melhorar a organização logística e contribuir para a redução do tempo de resposta às demandas institucionais.

Dessa forma, a medida justifica-se pela necessidade de assegurar maior eficiência, agilidade, segurança e continuidade às atividades de transporte e remoção de veículos, em benefício do funcionamento da Polícia Civil de Santa Catarina e do interesse público.

3. CRITÉRIO PARA A DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS

A quantidade estimada para a contratação é de 03 (três) unidades de equipamentos completos do tipo engate para reboque rodoviário, incluindo os respectivos componentes de instalação elétrica e os serviços necessários à sua instalação nos veículos previamente indicados pela Polícia Civil de Santa Catarina.

O quantitativo foi definido considerando a necessidade de disponibilizar os equipamentos em três veículos institucionais, de modo a ampliar a capacidade operacional da GEPAT e permitir maior flexibilidade na execução das atividades de transporte, remoção e movimentação de veículos.

A definição da quantidade deverá observar a relação dos veículos que receberão os equipamentos, a compatibilidade técnica de cada modelo com o dispositivo pretendido e os limites de capacidade de tração estabelecidos pelos respectivos fabricantes. A capacidade

Pág. 05 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

nominal de até 2.500 kg deverá ser compatível com as características dos veículos e com as cargas efetivamente autorizadas para reboque.

A previsão de 03 (três) unidades busca proporcionar melhores condições de atendimento às demandas operacionais, ampliar a disponibilidade de veículos aptos à utilização de reboques e reduzir possíveis limitações decorrentes da concentração dos recursos em um número restrito de veículos.

Assim, o quantitativo proposto deverá estar respaldado pela identificação dos três veículos beneficiados e pela verificação de sua compatibilidade técnica, constituindo-se em parâmetro para a estimativa de custos e para o dimensionamento da contratação, sem previsão de aquisição de unidades excedentes às necessidades identificadas.

4. BENEFICIÁRIOS DIRETOS

Os beneficiários diretos da contratação serão:

- **Gerência de Patrimônio da Polícia Civil de Santa Catarina (GEPAT):** pela ampliação dos recursos disponíveis para o gerenciamento e a execução das atividades de transporte, remoção e movimentação de veículos.
- **Policiais civis e servidores envolvidos nas atividades operacionais e administrativas:** pela maior disponibilidade de meios para o atendimento das demandas de transporte e remoção de veículos institucionais e apreendidos.
- **Unidades da Polícia Civil de Santa Catarina:** pela possibilidade de maior agilidade no encaminhamento de viaturas com problemas mecânicos, veículos destinados à baixa patrimonial e veículos apreendidos que necessitem de transporte.
- **Equipe responsável pela gestão do pátio de veículos:** pela melhoria das condições de movimentação, organização e logística dos veículos sob responsabilidade da GEPAT.

Indiretamente, a contratação também beneficiará a Administração Pública e a sociedade catarinense, na medida em que contribuirá para a melhoria da eficiência dos serviços prestados pela Polícia Civil e para o adequado gerenciamento dos bens e veículos vinculados às suas atividades.

5. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a efetivação da contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Ampliar a capacidade operacional da GEPAT para o transporte e a remoção de veículos.
- Viabilizar a utilização adequada e segura dos reboques rodoviários disponíveis à instituição.
- Reduzir a dependência exclusiva do guincho atualmente em funcionamento.
- Diminuir o tempo de resposta às solicitações de remoção e transporte de viaturas e veículos apreendidos.
- Proporcionar maior agilidade no transporte de veículos provenientes de operações policiais realizadas dentro e fora do Estado.

Pág. 06 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

- Facilitar a movimentação de veículos no pátio da GEPAT, contribuindo para a organização dos espaços e para a gestão patrimonial.
- Reduzir possíveis atrasos nas atividades administrativas e operacionais decorrentes da limitação dos meios de transporte disponíveis.
- Assegurar que os equipamentos instalados atendam aos requisitos técnicos, legais e de segurança aplicáveis.
- Promover o aproveitamento eficiente dos recursos disponibilizados à Polícia Civil de Santa Catarina, contribuindo para a economicidade e para a melhoria da gestão pública.

Espera-se, como resultado geral, o fortalecimento da estrutura logística da GEPAT, com maior disponibilidade de meios para o atendimento das demandas institucionais e melhores condições para a execução das atividades de transporte, remoção e movimentação de veículos.

6. SUBSTITUIÇÃO DE CONTRATO VIGENTE

A presente contratação não tem por finalidade substituir contrato vigente, mas atender a uma necessidade específica da Polícia Civil de Santa Catarina relacionada à aquisição e instalação de equipamentos de engate para reboque rodoviário.

O objeto consiste no fornecimento de equipamentos e na execução dos serviços necessários à sua instalação nos veículos previamente indicados, não implicando, por si só, a substituição de contrato anteriormente celebrado para a mesma finalidade.

7. Condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material (art. 40, IV, da Lei n.º 14.133/2021)
Não se aplica ao caso a descrição de condições de guarda e armazenamento.

8. Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica
Quando cabíveis, as exigências relacionadas à manutenção ou à assistência técnica estão descritas no modelo de execução do objeto (item 5 deste termo de referência).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea d, da Lei n.º 14.133/2021)

4.1. Indicação de marcas ou modelos (art. 41, I, da Lei n.º 14.133/2021).

4.1.1. Na descrição do objeto não há indicação de qualquer marca ou modelo dos objetos, porém, os mesmos devem ser compatíveis com as seguintes marcas/modelos de veículos:

4.1.2. CHEVROLET/S10 LS DS4 2013/2014; (ENGATE COM PONTEIRA COMPLETO)

4.1.3. FIAT/DUCATO MAXICARGO 2019/2019; (ENGATE COM PONTEIRA COMPLETO)

4.1.4. DODGE RAM 3500 LARAMIE 6.7 2022/2022 (SOMENTE A PONTEIRA)

4.2. Vedação à contratação de determinada marca ou produto (art. 41, III, da Lei n.º 14.133/2021).

4.2.1. Não há vedação à contratação de qualquer marca ou modelo.

4.3. Exigência de amostra(s) (art. 41, II, da Lei n.º 14.133/2021).

4.3.1. Não há exigência de apresentação de amostras.

Pág. 07 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

4.4. Exigência de carta de solidariedade (art. 41, IV, da Lei n.º 14.133/2021)

4.4.1. Não há exigência de carta de solidariedade entre fornecedor e revendedor ou distribuidor.

4.5. Subcontratação

4.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto principal, exceto as atividades **acessórias ou complementares** vinculadas ao fornecimento do objeto [ex: transporte, instalação, montagem, treinamento ou assistência técnica], sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela execução contratual.

4.6. Garantia da contratação

4.6.1. Não há exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea e; art. 18, III e VII, e art. 40, *caput*, II, e § 1º, II e III, da Lei n.º 14.133/2021)

5.1. Utilização do sistema de registro de preços (art. 40, *caput*, II, da Lei n.º 14.133/2021)

5.1.1. A licitação **não** será processada por meio do sistema de registro de preços.

5.2. Forma de fornecimento (art. 18, VII, da Lei n.º 14.133/2021)

5.2.1. A forma de fornecimento do objeto e instalação será integral.

5.3. Instrumento contratual (art. 95 da Lei n.º 14.133/2021)

5.3.1. O termo de contrato será substituído por autorização de fornecimento e nota de empenho de despesa.

5.4. Prazo de vigência e prorrogação

5.4.1. O prazo de vigência da contratação inicia-se na data da publicação do instrumento. Na forma do art. 105 da Lei n° 14.133/2021, o contrato permanecerá vigente enquanto perdurarem os prazos de execução, recebimento provisório e definitivo e de pagamento, estipulados neste termo de referência.

5.4.1.1. Eventual prorrogação do prazo de vigência obedecerá ao disposto no art. 111 da Lei n.º 14.133/2021.

5.4.2. **Reajuste**

5.4.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

5.4.2.1.1. A partir desse prazo, os preços serão reajustados conforme Índice Geral de Preços - Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - IGP-M.

5.5. Condições de execução – prazo de entrega (art. 18, III, da Lei n.º 14.133/2021)

5.5.1. A instalação do objeto deverá ser realizada de forma única no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento por e-mail.

5.5.2. Independentemente da forma de fornecimento, caso não seja possível a instalação e entrega do(s) bem(ns) dentro do prazo, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de

Pág. 08 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. Local(is) de entrega (art. 40, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021)

5.6.1. O(s) bem(ns) deverá(ão) ser entregue(s) no(s) seguinte(s) endereço(s):

5.6.2. O fornecimento e a instalação dos bens deverão ocorrer **diretamente nas dependências da empresa contratada**. Em razão da localização das viaturas e da necessidade de atendimento célere, a empresa contratada deverá possuir estabelecimento ou rede credenciada apta ao atendimento, em horário comercial, de segunda à sexta-feira, em uma das seguintes cidades: Florianópolis; São José; Palhoça; Biguaçu; Santo Amaro da Imperatriz; Águas Mornas; São Pedro de Alcântara; Antônio Carlos; Governador Celso Ramos.

5.7. Demais condições de execução (art. 18, III, da Lei n.º 14.133/2021)

5.7.1. Não se aplicam outras condições de execução.

5.8. Garantia técnica do objeto contratado (art. 40, § 1º, III, da Lei n.º 14.133/2021)

5.8.1. O prazo de garantia contratual dos bens **será de no mínimo 01 (um) ano** contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.8.1.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.8.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

5.8.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas, para correção de quaisquer vícios ou defeitos desde que não decorrentes de caso fortuito ou força maior, uso inadequado do bem, negligência, imperícia, vandalismo ou imprudência.

5.8.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os vícios e defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.8.6. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

5.8.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

5.8.8. Na hipótese do subitem acima, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Pág. 09 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

5.8.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.8.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

5.8.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.9. Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica

5.9.1. Não se aplicam a esta contratação exigências relacionadas à manutenção ou à assistência técnica.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea f, da Lei n.º 14.133/2021)

6.1. Indicação de gestor e de fiscal(is) do contrato ou da ata de registro de preços

6.1.1. O contrato será gerido e fiscalizado pelo(s) seguinte(s) agente(s):

Fiscal Suplente:

Nome: Tatiana Medeiros Araujo Yamauchi
Cargo: Agente de Polícia Civil
Matrícula: 650.278-4
E-mail: geapo-gerencia@pc.sc.gov.br

Fiscal:

Nome: Antônio Péricles Braz Menezes Júnior
Cargo: Agente de Polícia Civil
Matrícula: 378.438-0
E-mail: geapo-gestordafrota@pc.sc.gov.br

6.2. Condições gerais do modelo de gestão

6.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Pág. 10 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

6.2.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2.5. Após a assinatura do termo do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo respectivos substitutos (art. 117, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

6.3. Gestor

6.3.1. A gestão do Contrato ou da Ata de Registro de Preços será exercida pela unidade gerenciadora, podendo, quando necessário, ser realizada de forma descentralizada por meio de gestores e fiscais setoriais designados pelas unidades participantes.

6.3.2. Incumbe e compete ao gestor do contrato ou da ata de registro de preços:

6.3.2.1. gerenciar, monitorar e acompanhar a execução da ARP centralizada, inclusive por meio do fiscal da ARP centralizada e dos gestores e fiscais setoriais, quando houver, apurando eventuais descumprimentos;

6.3.2.2. iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade competente para decisão os procedimentos relativos a:

a) alterações quantitativas e qualitativas da ARP centralizada;
b) substituição de marca ou modelo, nos casos admitidos em regulamento;
c) revisão, reequilíbrio e renegociação dos preços registrados;
d) cancelamento de registros de preços;
e) instauração de processo administrativo sancionador;
f) lavratura de termos aditivos e apostilamentos relativos à ARP centralizada;
g) demais atos que impliquem alteração, atualização ou adequação da ARP centralizada;

6.3.2.3. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e, quando necessário, lavrar os termos aditivos da ARP centralizada;

6.3.2.4. analisar os pedidos de adesão à ARP centralizada formulados por unidades não participantes;

6.3.2.5. dar prosseguimento aos atos e procedimentos encaminhados pelo fiscal da ARP centralizada;

6.3.2.6. dirimir dúvidas, orientar tecnicamente, esclarecer ou solucionar questionamentos relacionados à execução da ARP centralizada, fazendo-o por escrito quando necessário;

6.3.2.7. instruir os processos administrativos com as justificativas e manifestações técnicas pertinentes;

6.3.2.8. manter atualizados os registros da ARP centralizada nos sistemas informatizados de governo;

6.3.2.9. manter registro das notificações, ocorrências e histórico dos fornecedores registrados;

6.3.2.10. acompanhar a manutenção, pelos fornecedores, das condições de habilitação e demais requisitos exigidos para a manutenção do registro de preços;

6.3.2.11. requerer auxílio às áreas técnicas, administrativas ou jurídicas sempre que necessário ao desempenho de suas atribuições;

Pág. 11 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

6.3.2.12. realizar juízo de admissibilidade quanto às ocorrências comunicadas pelo fiscal e decidir pela instauração de processo administrativo sancionador, bem como pela aplicação das sanções administrativas cabíveis no âmbito da ARP centralizada e dos instrumentos dela decorrentes, encaminhando o processo ao setor responsável pela condução, quando for o caso;

6.3.2.13. adotar medidas administrativas destinadas ao saneamento de irregularidades e à mitigação de riscos de novas ocorrências; e

6.3.2.14. exercer outras atribuições necessárias à adequada gestão da ARP centralizada.

6.3.2.15. (outras incumbências e competências).

6.3.2.16. coordenar o acompanhamento da execução dos contratos e das autorizações de fornecimento decorrentes da ARP no âmbito de sua unidade;

6.3.2.17. acompanhar os registros promovidos pelos fiscais setoriais;

6.3.2.18. consolidar e encaminhar ao gestor da unidade gerenciadora as ocorrências que demandem providências relacionadas à ARP;

6.3.2.19. acompanhar os saldos da unidade participante e comunicar tempestivamente a necessidade de adoção de providências pela unidade gerenciadora;

6.3.2.20. promover a interlocução entre a unidade participante e a unidade gerenciadora para esclarecimentos, ajustes e demais providências relacionadas à execução da ARP;

6.3.2.21. assinar conjuntamente com o fiscal setorial os documentos relativos à solicitação de instauração de processo administrativo sancionador; e

6.3.2.22. exercer outras atribuições correlatas necessárias ao acompanhamento da execução da ARP no âmbito da unidade participante.

6.4. Fiscal

6.4.1. A fiscalização do Contrato ou da Ata de Registro de Preços caberá à unidade gerenciadora, podendo ser exercida de forma descentralizada por meio de fiscais setoriais designados pelas unidades participantes, observadas as competências previstas neste Termo de Referência.

6.4.2. Incumbe e compete ao Fiscal do Contrato/ARP:

6.4.2.1. acompanhar a execução do contrato ou da ARP centralizada, quando for o caso, assegurando o cumprimento das condições estabelecidas e a obtenção dos melhores resultados para a Administração Pública Estadual;

6.4.2.2. conhecer o objeto registrado e as condições estabelecidas no edital, na ARP e nos demais documentos que instruem o procedimento;

6.4.2.3. registrar as ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato ou da ARP, incluindo falhas, irregularidades ou pendências, indicando as providências adotadas;

6.4.2.4. praticar os atos necessários à verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelos fornecedores registrados;

6.4.2.5. realizar diligências junto aos fornecedores registrados sempre que necessário, mantendo os registros correspondentes;

6.4.2.6. emitir notificações aos fornecedores para correção de irregularidades ou apresentação de justificativas, comunicando a providência ao gestor;

6.4.2.7. exigir a correção das irregularidades verificadas e comunicar ao gestor os casos de descumprimento ou aqueles que ultrapassem sua competência;

6.4.2.8. autuar processo contendo os registros das ocorrências, notificações, justificativas e demais documentos pertinentes e solicitar ao gestor da ARP a instauração de processo administrativo sancionador, quando cabível;

Pág. 12 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

6.4.2.9. informar ao gestor as situações que demandem decisão ou providência além de sua competência;
6.4.2.10. acompanhar a manutenção das condições de habilitação dos fornecedores registrados;
6.4.2.11. manter registros atualizados das atividades de fiscalização e dos documentos correlatos;
6.4.2.12. solicitar auxílio às áreas técnicas, administrativas, jurídicas ou de controle, quando necessário; e
6.4.2.13. exercer outras atividades necessárias ao adequado acompanhamento da ARP.
6.4.2.14. acompanhar a execução dos contratos e das autorizações de fornecimento decorrentes da ARP no âmbito da respectiva unidade participante;
6.4.2.15. identificar o objeto contratado e conhecer as condições estabelecidas no edital, na ARP, no contrato, na autorização de fornecimento e nas especificações técnicas aplicáveis;
6.4.2.16. verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais e exigir as providências necessárias para sua regular execução;
6.4.2.17. receber provisória ou definitivamente os bens e serviços, quando cabível, observadas as normas aplicáveis;
6.4.2.18. examinar e conferir notas fiscais, faturas e documentos equivalentes, realizando os atestos e certificações pertinentes;
6.4.2.19. recusar bens ou serviços em desacordo com as especificações estabelecidas;
6.4.2.20. registrar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e adotar as providências necessárias à regularização de falhas ou defeitos observados;
6.4.2.21. realizar diligências junto ao fornecedor e manter os respectivos registros;
6.4.2.22. exigir, por escrito, o refazimento, substituição ou correção de bens e serviços e comunicar o fato ao gestor setorial quando as medidas ultrapassarem sua competência;
6.4.2.23. notificar formalmente o fornecedor acerca do descumprimento de obrigações contratuais, concedendo prazo para saneamento ou apresentação de justificativas;
6.4.2.24. encaminhar ao gestor setorial pedido de instauração de processo administrativo sancionador, instruído com os registros das ocorrências e a documentação pertinente;
6.4.2.25. manter contato com os representantes ou prepostos indicados pelo fornecedor;
6.4.2.26. acompanhar sistematicamente a execução contratual, mantendo registros atualizados das atividades de fiscalização;
6.4.2.27. assegurar a presença dos documentos exigidos para liquidação e pagamento da despesa;
6.4.2.28. apontar a necessidade de glosas, descontos ou retenções decorrentes do descumprimento contratual;
6.4.2.29. acompanhar os prazos de execução, entrega e vigência contratual, comunicando tempestivamente situações que demandem providências;
6.4.2.30. encaminhar ao gestor setorial justificativas e subsídios técnicos para alterações ou ajustes contratuais eventualmente necessários;
6.4.2.31. informar ao gestor setorial as situações que demandem decisão ou providência além de sua competência;

Pág. 13 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

6.4.2.32. solicitar auxílio às áreas técnicas, administrativas, jurídicas ou de controle quando necessário; e

6.4.2.33. exercer outras atividades correlatas necessárias ao acompanhamento e à fiscalização dos instrumentos decorrentes da ARP.

6.4.3. A fiscalização poderá ser exercida por meio da fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme a dimensão e especificidades do objeto e do órgão ou da entidade.

6.4.4. Será facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração Pública Estadual, observando-se as seguintes regras:

6.4.4.1. a empresa ou o profissional contratado nos termos do caput deste artigo assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

6.4.4.2. a contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato de responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

NO CASO DE COMPRAS COMPARTILHADAS:

6.4.5. A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços Compartilhada serão exercidas pela Unidade Gerenciadora, com o apoio dos gestores e fiscais setoriais designados pelos órgãos e entidades participantes, observadas as competências previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

6.4.6. Compete ao Gestor da ARP Compartilhada da Unidade Gerenciadora:

6.4.6.1. comunicar às unidades participantes a disponibilidade da Ata de Registro de Preços Compartilhada;

6.4.6.2. gerenciar a ARP Compartilhada e acompanhar o fluxo de contratação das unidades participantes;

6.4.6.3. monitorar e acompanhar a execução da ARP Compartilhada em âmbito estadual;

6.4.6.4. conduzir os procedimentos relativos a renegociações dos preços registrados e, quando necessário, promover os ajustes da ARP Compartilhada;

6.4.6.5. conduzir os procedimentos relativos às alterações quantitativas e qualitativas da ARP Compartilhada, incluindo substituição de marca, revisão de preços, acréscimos e supressões de quantitativos;

6.4.6.6. analisar pedidos de adesão e remanejamento de quantitativos entre unidades participantes;

6.4.6.7. praticar os atos preparatórios e decisórios relacionados à prorrogação, alteração, aplicação de sanções e cancelamento da ARP Compartilhada;

6.4.6.8. acionar os gestores e fiscais setoriais para apuração de ocorrências relacionadas aos fornecedores registrados;

6.4.6.9. manter registro das notificações e do histórico dos fornecedores;

6.4.6.10. realizar juízo de admissibilidade e decidir pela instauração de processo administrativo sancionador e pela aplicação das sanções administrativas cabíveis;

6.4.6.11. instruir os processos administrativos com as manifestações técnicas e justificativas necessárias;

Pág. 14 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

6.4.6.12. manter os registros atualizados nos sistemas informatizados utilizados pela Administração;
6.4.6.13. requerer apoio técnico, administrativo ou jurídico sempre que necessário; e
6.4.6.14. exercer outras atribuições necessárias à adequada gestão da ARP Compartilhada.

6.4.7. Compete ao Fiscal da ARP Compartilhada da Unidade Gerenciadora:
6.4.7.1. acompanhar e instruir processos que ensejem alteração, revisão, cancelamento ou outras intercorrências relacionadas à ARP Compartilhada;
6.4.7.2. monitorar a execução da ARP Compartilhada junto aos órgãos e entidades participantes;
6.4.7.3. notificar fornecedores quanto ao descumprimento de cláusulas da ARP Compartilhada;
6.4.7.4. acionar os fiscais setoriais para apuração da extensão das irregularidades verificadas;
6.4.7.5. registrar as ocorrências relacionadas à execução da ARP Compartilhada;
6.4.7.6. manter registro das notificações e do histórico dos fornecedores;
6.4.7.7. realizar diligências e solicitar esclarecimentos quando necessário;
6.4.7.8. informar ao gestor da ARP Compartilhada situações que demandem providências além de sua competência; e
6.4.7.9. exercer outras atividades correlatas necessárias à fiscalização da ARP Compartilhada.

6.4.8. Compete ao Gestor Setorial da Unidade Participante:
6.4.8.1. gerir o contrato, a nota de empenho, a autorização de fornecimento ou instrumento equivalente;
6.4.8.2. coordenar as atividades de fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário;
6.4.8.3. coordenar os atos preparatórios relativos ao pagamento, à aplicação de sanções administrativas e à extinção contratual;
6.4.8.4. assegurar a atualização dos registros de acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
6.4.8.5. verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento;
6.4.8.6. acompanhar os registros efetuados pelos fiscais setoriais;
6.4.8.7. comunicar à Unidade Gerenciadora as ocorrências que extrapolem sua competência ou que possam ensejar alteração ou descumprimento da ARP Compartilhada;
6.4.8.8. iniciar, instruir e manifestar-se sobre alterações, reajustes, revisões, repactuações, reequilíbrios econômico-financeiros, prorrogações e demais ocorrências relativas à contratação decorrente da ARP;
6.4.8.9. coordenar a instrução dos processos de aplicação de sanções e de extinção contratual;
6.4.8.10. controlar os saldos contratuais, empenhos, pagamentos e garantias, quando houver;
6.4.8.11. assinar, juntamente com o fiscal setorial, os documentos relativos à solicitação de instauração de processo administrativo sancionador; e
6.4.8.12. exercer outras atribuições necessárias à adequada gestão contratual.

6.4.9. Compete ao Fiscal Setorial da Unidade Participante:
6.4.9.1. fiscalizar o contrato, a nota de empenho, a autorização de fornecimento ou instrumento equivalente;

Pág. 15 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

6.4.9.2. identificar o objeto contratado e conhecer as condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato e nas especificações técnicas aplicáveis;
6.4.9.3. acompanhar a execução do objeto, verificando a qualidade, quantidade, prazo e modo de execução;
6.4.9.4. praticar os atos necessários à verificação do fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
6.4.9.5. receber o objeto contratado, examinar e conferir notas fiscais, faturas e documentos equivalentes, realizando os atestos e certificações cabíveis;
6.4.9.6. recusar bens ou serviços em desacordo com as especificações contratadas;
6.4.9.7. registrar todas as ocorrências relevantes da execução contratual, indicando as medidas necessárias à regularização de falhas ou defeitos;
6.4.9.8. emitir notificações à contratada para correção de irregularidades ou apresentação de justificativas, comunicando a providência ao gestor setorial e ao fiscal da Unidade Gerenciadora;
6.4.9.9. realizar diligências junto à contratada e manter os respectivos registros;
6.4.9.10. encaminhar ao gestor setorial solicitação de instauração de processo administrativo sancionador, devidamente instruída;
6.4.9.11. informar ao gestor setorial, em tempo hábil, situações que demandem providências além de sua competência ou que possam inviabilizar a execução da contratação;
6.4.9.12. verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
6.4.9.13. acompanhar os empenhos, pagamentos, apostilamentos e termos aditivos relacionados à contratação;
6.4.9.14. assegurar a presença da documentação necessária para liquidação e pagamento da despesa;
6.4.9.15. apontar a necessidade de glosas, retenções ou descontos decorrentes de descumprimentos contratuais;
6.4.9.16. fornecer subsídios para alterações, revisões e prorrogações contratuais;
6.4.9.17. solicitar apoio técnico, administrativo, jurídico ou de controle quando necessário; e
6.4.9.18. exercer outras atividades correlatas necessárias ao adequado acompanhamento e fiscalização da contratação.

6.5. Regras para recebimento (art. 18, III, e art. 40, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021)

6.5.1. **Competência para recebimento**

6.5.1.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

6.5.2. **Prazos de recebimento**

6.5.2.1. O recebimento provisório será realizado no ato da entrega.
6.5.2.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento provisório.
6.5.2.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, uma única vez, por igual período, mediante aviso ao contratado, quando houver necessidade de diligências a serem

Pág. 16 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

realizadas pela Administração para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5.2.4. Suspenderá o prazo de recebimento definitivo a concessão de prazo ao contratado para a solução de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente. Nesse caso, o reinício da contagem do prazo considerará o tempo já transcorrido, computando-se a partir da nova contagem apenas o intervalo de tempo restante entre a data da suspensão e o termo final inicialmente previsto para o recebimento definitivo.

6.5.2.5. Os bens rejeitados deverão ser trocados no prazo de 03 (três) dias.

6.5.2.5.1. No caso de rejeição parcial ou total de bens, será interrompido o prazo de recebimento definitivo. Nesse caso, em relação aos bens rejeitados, haverá reinício da contagem do prazo de recebimento definitivo, em sua totalidade, a partir da nova entrega e recebimento provisório.

6.5.2.5.2. A concessão de prazo para troca de bens rejeitados não afasta a possibilidade de aplicação de sanção quando descumprido o prazo de entrega.

6.5.3. **Métodos e efeitos do recebimento**

6.5.3.1. O recebimento provisório ocorrerá de forma sumária.

6.5.3.2. O recebimento definitivo avaliará o atendimento das exigências contratuais.

6.5.3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência, na proposta, no edital da licitação, no termo de contrato ou em qualquer dos anexos desses documentos.

6.5.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da execução incorreta do contrato.

6.5.3.5. O contratado, mesmo não sendo o fabricante ou produtor da matéria-prima empregada no produto, responderá pela sua qualidade e autenticidade, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, sejam eles resultantes de fabricação ou transporte. Quando os vícios, defeitos ou incorreções forem constatados por testes ou exames, o contrato obriga-se a ressarcir os custos à contratante.

6.5.3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado por vício de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas constantes deste termo de referência, da proposta, do edital e de seus anexos, constatada apenas posteriormente ao recebimento, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/1990.

6.6. Sanções

6.6.1. A apuração de infrações e aplicação de sanções aos licitantes, aos beneficiários de ata de registro de preços e aos contratados obedecerá ao disposto no Decreto estadual n° 1.560, de 11 de junho de 2026.

6.7. Cláusula anticorrupção

Pág. 17 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

6.7.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

6.7.1.1. Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação brasileira, especialmente nas Leis n° 8.429/1992 e n.º 12.846/2013, seus regulamentos e demais normas aplicáveis, bem como das exigências de integridade, ética e conduta previstas por organismos nacionais e internacionais, instituições financeiras, agências de cooperação e demais entes de controle ou fomento;

6.7.1.2. Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas legislações e regulamentos mencionados no item anterior, bem como nas definições abaixo, e a exigir igual conduta dos terceiros por elas contratados;

6.7.1.3. Reconhecem como práticas ilícitas, para os fins desta cláusula:

6.7.1.3.1. Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com o objetivo de influenciar a ação de servidor público ou de representante de entidade privada no processo de contratação ou na execução de contrato;

6.7.1.3.2. Prática fraudulenta: Falsificação ou omissão de fatos a fim de influenciar o processo de contratação ou a execução de contrato;

6.7.1.3.3. Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer acordo entre duas ou mais partes, com ou sem o conhecimento do Contratante ou de seus prepostos, visando estabelecer preços ou condições em níveis artificiais e não competitivos;

6.7.1.3.4. Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, a pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo de contratação ou afetar a execução do contrato;

6.7.1.3.5. Prática obstrutiva:

6.7.1.3.5.1. Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções, ou fazer declarações falsas a auditores, com o objetivo de impedir materialmente uma inspeção ou investigação sobre alegações de práticas ilícitas; ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada para impedi-la de apresentar informações relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento;

6.7.1.3.5.2. Praticar atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício dos direitos de inspeção ou auditoria previstos em lei ou em contrato.

6.7.1.4. Comprometem-se a notificar imediatamente à Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina (CGE/SC), ou órgão equivalente de controle interno ou externo, qualquer irregularidade de que tenham conhecimento acerca da execução do contrato, sem prejuízo de outras comunicações que sejam exigidas por autoridades competentes, financiadores ou órgãos de fomento;

6.7.1.5. Reconhecem que a violação de qualquer obrigação prevista na legislação brasileira aplicável, na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020 ou em normas equivalentes, bem como das exigências previstas nesta cláusula, constitui causa para:

6.7.1.5.1. a rescisão unilateral do contrato pelo Contratante;

6.7.1.5.2. o cancelamento ou suspensão de financiamentos, repasses, doações ou aportes vinculados ao contrato, por instituições financiadoras, de fomento ou de controle;

Pág. 18 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

6.7.1.5.3. a declaração de inelegibilidade do Contratado, por prazo determinado ou indeterminado, para participar de novas contratações ou financiamentos;

6.7.1.5.4. a cobrança de perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente, além da aplicação das multas pactuadas.

6.7.1.6. O Contratado deverá permitir que órgãos ou entidades de controle, instituições financiadoras ou de fomento, nacionais ou internacionais, bem como pessoas ou auditores por elas indicados:

6.7.1.6.1. inspecione suas contas e registros, bem como as contas e registros de seus subcontratados, relacionados com a apresentação da proposta e a execução do contrato;

6.7.1.6.2. realizem auditorias sobre tais contas e registros, sempre que exigido por lei, contrato ou regulamento aplicável.

6.7.1.7. Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea g, da Lei n.º 14.133/2021)

7.1. Medição e recebimento

7.1.1. As regras de recebimento estão indicadas no item 6 deste termo de referência.

7.2. Pagamento

7.2.1. O pagamento, precedido de liquidação da despesa, será realizado no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento definitivo.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea h, da Lei n.º 14.133/2021)

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de processo de licitação na modalidade de dispensa eletrônica com adoção do critério de julgamento de menor preço.

8.2. Parcelamento do objeto

8.2.1. O julgamento das propostas ocorrerá por **lotes**.

8.3. Tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte

8.3.1. É inaplicável o tratamento diferenciado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) para o item ou lote cujo valor estimado for superior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (art. 4º, § 1º, I, da Lei n.º 14.133/2021).

- Cota reservada de até 25%

8.3.2. Não se propõe a reserva de cota de até 25% do objeto para microempresas e empresas de pequeno porte, prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, em razão das características da contratação, que compreende o fornecimento e a instalação de 03 (três) unidades de engates para reboque rodoviário, incluindo os respectivos componentes elétricos e os serviços necessários à instalação e verificação de funcionamento.

A divisão do objeto em cota reservada e cota principal, diante do quantitativo reduzido e da necessidade de compatibilidade técnica entre os equipamentos e os veículos indicados, poderá dificultar a padronização da solução, aumentar a complexidade do

Pág. 19 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

gerenciamento contratual e comprometer a uniformidade dos procedimentos de instalação, garantia e assistência técnica.

Além disso, a contratação integrada do fornecimento e da instalação favorece a definição de responsabilidades do fornecedor, especialmente quanto à compatibilidade dos componentes, à qualidade dos serviços executados e à correção de eventuais falhas de funcionamento.

Dessa forma, considerando o quantitativo de apenas 03 (três) unidades e a necessidade de assegurar uniformidade técnica e operacional, justifica-se a não adoção de cota reservada, desde que a decisão esteja devidamente fundamentada no processo administrativo e amparada pelas hipóteses legais aplicáveis, sem prejuízo da participação de microempresas e empresas de pequeno porte na disputa, quando atendidos os requisitos pertinentes.

8.3.3.
- Licitação exclusiva

8.3.4. Os itens ou lotes cujo valor estimado é de até R$80.000,00 (oitenta mil reais) são de participação exclusiva de microempresas ou de empresas de pequeno porte.

8.4. Participação de consórcios

8.4.1. Não será admitida a participação de consórcios.

8.4.1.1. Justificativa: A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a busca de condições vantajosas pela Administração.

8.5. Participação de Cooperativa

8.5.1. Não será admitida a participação de cooperativas.

8.5.1.1. Justificativa: A vedação à participação de cooperativas justifica-se em razão das características do objeto a ser contratado, que consiste no fornecimento e instalação de engate para reboque, cuja execução se limita ao fornecimento, instalação e entrega de material previamente especificado. A participação de cooperativas não se mostra compatível com a natureza da contratação, uma vez que o objeto não possui características que demandem atuação cooperativa ou organização de trabalhadores em regime de cooperação, tratando-se de aquisição de material disponível no mercado e fornecido por empresas especializadas na comercialização de produtos de manutenção veicular. Dessa forma, a restrição visa garantir maior adequação entre a forma de contratação e a natureza do objeto, preservando a eficiência, a segurança jurídica e a adequada execução contratual, sem prejuízo à competitividade do certame.

8.6. Critério de aceitação da proposta

8.6.1. A proposta deverá conter a descrição completa do item cotado, apresentando, no mínimo:

Pág. 20 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

8.6.1.1. Modelo, descrição dos produtos, indicação de que o objeto é compatível com os veículos previamente indicados, preço unitário e preço total.

8.7. Garantia da proposta

8.7.1. Não será exigida garantia da proposta prevista no art. 58 da Lei n.º 14.133/2021.

8.8. Habilitação

8.8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Habilitação jurídica

8.8.1.1. Dispensada, conforme art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021.

- Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.8.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.8.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa aos tributos federais, dívida ativa e seguridade social/INSS;

8.8.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do estado ou Distrito Federal;

8.8.1.5. Caso a licitante tenha domicílio ou sede em outra unidade da Federação, deverá apresentar, também, a prova de regularidade perante a Fazenda do Estado de Santa Catarina.

8.8.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.8.1.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.8.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.8.1.9. Declaração de observância ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

- Qualificação econômico-financeira

Não será exigido.

- Qualificação técnica

Não será exigido.

8.9. Margem de preferência

8.9.1. Não haverá margem de preferência prevista no art. 26, § 1º, da Lei n. º 14.133/2021.

8.10. Critérios de desempate

8.10.1. Em caso de empate, serão aplicados os critérios do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006 e do art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

8.10.2. Permanecendo o empate, a escolha do melhor classificado será realizada por sorteio.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea i, art. 18, IV, e arts. 23 e 24 da Lei n.º 14.133/2021)

Para definição do valor estimado, foi realizada pesquisa de preços junto aos fornecedores, obtendo-se as seguintes cotações:

Pág. 21 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

Item / Descrição	Dacla Reboques	Casa Grande Auto Peças	Ferriforte Comércio	Média por Item
01: Chevrolet S10 LS DS4 (Engate Completo)	R$ 1.820,00	R$ 1.250,00	R$ 1.490,00	**R$ 1.520,00**
02: Fiat Ducato Maxicargo (Engate Completo)	R$ 1.820,00	R$ 1.200,00	R$ 1.100,00	**R$ 1.373,33**
03: Dodge RAM 3500 Laramie (Ponteira)	R$ 450,00	R$ 1.140,00	R$ 625,00	**R$ 738,33**
Média dos Valores Totais				**R$3.631,66**

Cálculo utilizado: Soma total dos valores obtidos, multiplicado pela quantidade de cotações e encontro da média global dos orçamentos.

Dessa forma, o valor máximo estimado para a contratação é de **R$3.631,66 (três mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta e seis centavos).**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea j, da Lei n.º 14.133/2021)

10.1. O processo encontra-se instruído com declaração de disponibilidade orçamentária-financeira, conforme documento emitido pela Gerência de Orçamento - GEORC da Polícia Civil, em obediência ao art. 4º, VII, do Decreto estadual n.º 47, de 9 de março de 2023.

11. CONSIDERAÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1. São anexos deste termo de referência, sendo dele partes integrantes:

11.1.1. Documento de Oficialização da Demanda

11.1.2. Estudo Técnico Preliminar - Justificado

11.1.3. Pesquisa de Preços - Orçamentos diretos

11.1.4. Em caso de divergência entre as disposições deste termo de referência e de seus anexos prevalecem as primeiras.
Informação se for o caso, sobre a necessidade de parecer técnico (art. 4º, XII do Decreto estadual nº 47/2023):

11.1.5. O objeto da presente licitação não indica a necessidade de parecer técnico. Não há determinação legal para emissão do parecer técnico. Só é exigido sua emissão nos casos de aquisição de equipamentos e contratações de serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, conforme IN SEA n.º 11/2022.

11.1.6. Informação quanto à matriz de risco (art. 92, IX, da Lei nº 14.133/2021):

11.1.7. Não se aplica ao caso, vez que não se trata de obra, serviço ou fornecimento de grande vulto, cujo valor estimado supera R$200.000.000,00, tampouco serão adotados os regimes de contratação integrada ou semi-integrada.

11.1.8. A equipe de planejamento da contratação, depois de realizada a análise do cenário atual, declara que a contratação pretendida é viável e atende à situação concreta de forma adequada e proporcional.

11.2. As especificações deste termo de referência estão de acordo com os regulamentos aplicáveis ao objeto licitado e observação das normativas estaduais em sua elaboração.

Pág. 22 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

11.3. Agente(s) público(s) que elabora(m) o termo de referência e responde(m) os pedidos de impugnação e esclarecimentos:

Nome	Matrícula	Setor SGPe
TATIANA MEDEIROS ARAUJO YAMAUCHI	650.278-4	PCSC/GEAPO

Florianópolis, SC data da assinatura digital no SGPe.

A validade deste documento está condicionada à(s) assinatura(s) digital(is) no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe)

Pág. 23 de 23 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo PCSC 00057013/2026 e o código 73NV23EK.

Assinaturas do documento

Código para verificação: **73NV23EK**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

TATIANA MEDEIROS ARAÚJO (CPF: 065.XXX.729-XX) em 10/11/2026 às 13:39:05
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:11:16 e válido até 13/07/2118 - 15:11:16.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UENTQ18xMDcwNF8wMDA1NzAxM181NzAxN18yMDI2XzczTlYyM0VL ou o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo **PCSC 00057013/2026** e o código **73NV23EK** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.